

Morfologia Urbana e o Desenho Urbano no contexto do Urbanismo crítico brasileiro

Urban Morphology and Urban Design in the context of Brazilian critical Urbanism

Morfología Urbana y Diseño Urbano en el contexto del Urbanismo crítico brasileño

Alexandre Hepner, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e em Sustainable Environmental Design pela Architectural Association. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: alexandre.hepner@mackenzie.br  <http://orcid.org/0009-0005-1719-1143>

Para citar este artigo: HEPNER, A. A Morfologia Urbana e o Desenho Urbano no contexto do Urbanismo crítico brasileiro. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 166-180, 2025.
DOI 10.5935/cadernosp.25n2p166-180

Submissão: 2025-04-27

Aceite: 2025-09-07

Resumo

Este artigo busca realizar uma discussão sobre correntes teóricas contemporâneas da Morfologia Urbana e do Desenho Urbano, identificando contribuições recentes de autores estrangeiros que permitam uma aproximação destas disciplinas com o pensamento urbano crítico no Brasil. Partimos, inicialmente, de um resgate das origens dessas duas disciplinas em meados da década de 1950, e suas incursões no Brasil a partir dos anos 1980, particularmente com atenção à discussão acerca da estrutura epistêmica do desenho urbano. Discute-se, em seguida, os escritos de Alexander



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

Cuthbert, que buscam articular a emergência de um Novo Desenho Urbano crítico e pautado por uma aproximação com a Economia política, defendendo o entendimento do desenho urbano como o processo social através do qual a cidade adquire sua forma urbana, assim como de sua natureza intrinsecamente ideológica. Por fim, argumentamos acerca da potencial convergência desta abordagem contemporânea e do pensamento urbano crítico no Brasil.

Palavras-chave: Desenho Urbano; Morfologia Urbana; Urbanismo crítico; Economia política; Ideologia.

Abstract

This article seeks to discuss contemporary theoretical trends in Urban Morphology and Urban Design, identifying recent contributions from foreign authors that allow these disciplines to be brought closer together to critical urban thinking in Brazil. We begin by reviewing the origins of these two disciplines in the mid-1950s and their incursions into Brazil from the 1980s onwards, with particular attention to the discussion about the epistemic structure of urban design. We then discuss the writings of Alexander Cuthbert, who aims to articulate the emergence of a critical "New Urban Design" oriented from political economy, defending the understanding of urban design as the social process through which the city acquires its urban form, as well as its intrinsically ideological nature. Finally, we argue about the potential convergence of this contemporary approach and critical urban thinking in Brazil.

Keywords: Urban Design; Urban Morphology; Critical Urbanism; Political economy; Ideology.

Resumen

Este artículo busca emprender una discusión sobre las corrientes teóricas contemporáneas de la Morfología Urbana y del Diseño Urbano, identificando contribuciones recientes de autores extranjeros que permitan una aproximación de estas disciplinas con el pensamiento urbano crítico en Brasil. Inicialmente nos propusimos revisar los orígenes de estas dos disciplinas a mediados de la década de 1950 y sus incursiones en Brasil a partir de la década de 1980, con especial atención a la discusión sobre la estructura epistémica del diseño urbano. Se discuten luego los escritos de Alexander Cuthbert, que buscan articular el surgimiento de un "Nuevo Diseño Urbano" crítico guiado por una aproximación a la Economía Política, defendiendo la comprensión del diseño urbano como el proceso social a través del cual la ciudad adquiere su forma urbana, así como su naturaleza intrínsecamente ideológica. Finalmente, argumentamos sobre la posible convergencia de este enfoque contemporáneo y el pensamiento urbano crítico en Brasil.

Palabras clave: Diseño Urbano; Morfología Urbana; Urbanismo crítico; Economía política; Ideología.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

INTRODUÇÃO

Em 1956 realizou-se, na Harvard Graduate School of Design, a primeira Urban Design Conference, evento que contou com a presença de diversos pensadores e críticos ilustres na área da Arquitetura e do Urbanismo, incluindo figuras de grande reputação, como Jane Jacobs e Lewis Mumford. O evento, presidido por Josep Lluís Sert, então atuando como reitor dessa prestigiada escola, representava uma espécie de virada de página do pensamento internacional acerca do planejamento urbano, desgastado pela experiência do urbanismo moderno, num momento em que, não coincidentemente, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (Ciam) enfrentavam seu ocaso¹.

Essa conferência é geralmente reconhecida como um dos marcos inaugurais do Desenho Urbano, campo de conhecimento de caráter interdisciplinar que intersecciona a arquitetura, o planejamento urbano e o paisagismo, concentrando-se acerca do estudo, projeto e intervenção sobre a forma física da cidade, incluindo seus edifícios e os espaços livres entre eles. No discurso de abertura da Urban Design Conference – cujos desdobramentos, anos depois, acabaram culminando na criação do primeiro programa de pós-graduação em desenho urbano, em 1960 –, Sert ofereceu a seguinte definição para este campo nascente:

O desenho urbano é a parte do planejamento urbano *que lida com a forma física da cidade*. Esta é a fase mais criativa do planejamento urbano e aquela na qual a imaginação e as capacidades artísticas podem assumir um papel mais importante. Ela também pode ser em certa medida umas das fases mais difíceis e controversas; e devido a estes fatores, ela tem sido menos explorada do que outros aspectos. Com a nova abordagem na arquitetura, paisagismo, engenharia viária e planejamento urbano, fórmulas aceitas tiveram de ser jogadas ao mar. É lógico que as mudanças em todos estes campos se desenvolveram independentemente, cada grupo tentando estabelecer um novo conjunto de princípios e uma nova linguagem de formas. Agora parece igualmente lógico que o progresso nas diferentes profissões seja reunido, para que uma síntese possa ser alcançada em termos de desenho urbano (Sert, 2009, p. 3. Transcrição do discurso original de 1956, tradução e grifo nosso).

Concomitantemente a esse movimento, e como resposta crítica à derrocada do urbanismo funcionalista moderno articulada durante o pós-Segunda Guerra, desdobra-se na Europa a formação de outra disciplina que também dirigia sua atenção para a forma física da cidade: a Morfologia Urbana. Inicialmente

¹ Naquele mesmo ano de 1956, realizou-se o Ciam X, o penúltimo da série e primeiro após a saída de Le Corbusier de sua organização, que o havia abandonado um ano antes. O congresso já enfrentava as críticas formuladas pelo grupo de jovens arquitetos que formava o Team 10 desde a edição anterior, e esse mesmo grupo acabou por declarar a dissolução do Ciam na sua edição seguinte, em 1959, que contou com apenas 43 participantes.



nascendo através de duas escolas de pensamento com abordagens distintas – inglesa e italiana – a Morfologia Urbana buscava resgatar o valor de dimensões do urbano que antes haviam sido antagonizadas pelo pensamento moderno, tais como as marcas dos processos históricos, os tecidos urbanos tradicionais e os tipos urbanos vernaculares; todos, elementos ligados a conceitos de memória, identidade ou pertencimento.² O resgate desses elementos passava pela construção de ferramentas de mapeamento, tipificação, leitura e análise da forma urbana, mas também do entendimento dos processos que levam à criação, manutenção, transformação ou destruição desta forma. De maneira sintética, Costa e Netto definem que “[...] a Morfologia Urbana é o estudo da forma urbana, considerando-a um produto físico das ações da sociedade sobre o meio, que vão edificando-o, ao longo do tempo” (Costa; Netto, 2015, p. 31).

Percebe-se destarte que tanto o desenho urbano quanto a morfologia urbana nascem olhando para o mesmo objeto – a forma física das cidades – ainda que com agendas e métodos distintos. Há uma grande sobreposição entre as duas áreas, mas evidentemente percebe-se que enquanto a morfologia urbana assume um caráter mais analítico sobre o ambiente urbano, o desenho urbano, por sua vez, é propositivo ou “prescritivo”, objetivando a intervenção sobre o espaço urbano através da transformação de sua forma ou da criação de novas formas urbanas. Disto depreende-se que, na verdade, uma área informa a ação da outra: a morfologia urbana oferece um arcabouço de entendimento sobre os vários aspectos da forma urbana e dos processos que levam à sua formação, de modo que o desenho urbano possa, por sua vez, estabelecer objetivos, concepções e métodos para propiciar a sua transformação; mas também o fluxo oposto existe, dado que a prática do desenho urbano suscita a formulação de novos problemas e novos objetos, os quais, por sua vez, demandam novos olhares ou mesmo novos métodos analíticos por parte da morfologia urbana.

A evolução histórica de ambos os campos de conhecimento, no entanto, viu o desenho urbano ser alçado a um outro patamar, conforme este foi gradativamente delineando-se não apenas como uma área de estudo, mas também de prática profissional, impulsionada tanto pelo desenvolvimento e crescente complexificação dos ambientes urbanos quanto pela proliferação ao redor do mundo de cursos de pós-graduação nessa área, particularmente em países anglo-saxônicos. Ampliava-se, da mesma maneira, o rol de saberes necessários ao trabalho do *urban designer*, abarcando disciplinas advindas de outras áreas de conhecimento, como a ecologia, psicologia e a antropologia.

DESENHO URBANO: UMA EPISTEMOLOGIA

No início da década de 1990, Anne Vernez Moudon empreendeu um importante esforço para propor uma estrutura epistêmica para o desenho urbano, identificando

² A Morfologia Urbana na verdade precede a Segunda Guerra através do trabalho de geógrafos alemães, dentre os quais se destaca M. R. G. Conzen, que deu início à escola inglesa de morfologia urbana após ter emigrado para aquele país. Já a escola italiana traça suas origens nos estudos tipo-morfológicos desenvolvidos por Saverio Muratori, em Roma e Veneza, na década de 1950.



e sistematizando o que ela reconhecia como o conjunto de *todas* as áreas de concentração pertinentes para a atuação nesse campo disciplinar, apresentada no artigo curiosamente intitulado “Uma abordagem católica para organizar o que os *designers* urbanos devem saber” (Moudon, 1992, p. 326-386).³ Nesse contexto, o uso do adjetivo “católico” precisa ser entendido no sentido laico do termo de origem etimológica na língua grega, significando algo como “abrangente nas simpatias, gostos e interesses” (Moudon, 1992, p. 362). A ideia central de tal abordagem era afastar ao máximo possível as convicções, concepções e paradigmas individuais e adotar a visão mais panorâmica possível, de modo a reconhecer as variadas contribuições à disciplina e perceber as relações entre as diversas linhas de pensamento. Com esse intuito, a autora define nove áreas de concentração que de certa maneira sintetizam o universo do desenho urbano, identificando os principais textos e autores, conforme esquematizado no Quadro 1:⁴

Área de concentração	Período	Principais textos	Contribuição
1) História urbana	1920-	Mumford (1961) Morris (1972) Kostof (1991)	Estudo do processo histórico de transformação da forma urbana (modificação dos usos, formas e significados ao longo do tempo)
2) Estudos pitorescos	1950-	Cullen (1970) Halprin (1966) Sitte (1889)	Estudo dos atributos visuais da forma urbana e da paisagem urbana
3) Estudos imagéticos	1960-1970	Lynch (1960) Appleyard <i>et al.</i> (1964) Ashihara (1983)	Estudo do processo cognitivo, através do qual as pessoas visualizam, percebem, identificam e compreendem o espaço urbano.
4) Estudos ambiente-comportamento	1950	Rapoport (1977) Gehl (1987) Lang (1987)	Estudo das maneiras como o espaço interfere no comportamento e nas relações sociais
5) Estudos do lugar	1970	Norberg-Schulz (1980) Whyte (1988) Lynch (1981)	Estudo da identidade ou “espírito do lugar”, <i>genius loci</i>
6) Estudos da cultura material	1920	Jackson (1980) Venturi <i>et al.</i> (1977)	Estudo do ambiente construído como reflexo de culturas e sociedades
7) Estudos tipo-morfológicos	1950	Rossi (1966) Aymonimo (1975) Krier (1979)	Estudo dos atributos físicos da forma urbana, dos sistemas de relações espaciais e volumétricas, e sua transformação ao longo do tempo
8) Estudos espaço-morfológicos	1950	Alexander <i>et al.</i> (1977) Hillier; Hanson (1984)	Estudo das características fundamentais e sistemas da geometria urbana
9) Estudos natural-ecológicos	1980	McHarg (1971) Hough (1984) Spirn (1984)	Estudo das relações entre os processos naturais e o ambiente construído

Quadro 1: Áreas de concentração do Desenho Urbano.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Cuthbert (2006, p. 253) e no trabalho de Moudon (1992, p. 362-386).

3 Tradução do autor. Como discutiremos mais adiante, segue sendo um desafio determinar a tradução mais apropriada para urban designer.

4 Para uma revisão sintética de cada uma destas áreas de estudo, sugerimos consultar Hepner (2010, p. 51-58).

Com base nessa estrutura epistêmica proposta por Moudon (1992), percebemos que alguns dos campos de conhecimento que informam o Desenho Urbano conformaram-se a partir de estudos advindos de outras áreas do saber que não a Arquitetura e o Urbanismo, ou se encontram no limiar ou na intersecção com esses, como é o caso por exemplo dos estudos ambiente-comportamento que advêm da psicologia ambiental; os estudos do lugar, que dialogam com a Fenomenologia e a Filosofia; os estudos da cultura material por sua vez advêm da Antropologia; os estudos tipo-morfológicos, que poderíamos praticamente equiparar à morfologia urbana, tem também suas raízes na Geografia.

Além disso, se considerarmos que tal estrutura epistêmica foi desenhada há mais de 30 anos, quando o fenômeno da globalização financeira neoliberal e a criação da rede mundial de computadores ensejavam seus primeiros passos, podemos considerar que esteja na verdade bastante desatualizada. Hoje seria necessário incorporar à estrutura epistêmica do desenho urbano diversos outros campos do saber que incidem sobre a forma urbana, emanando de áreas como a Economia (investigando a relação da forma urbana com os ciclos de acumulação capitalista), a Sociologia (os impactos da forma urbana sobre as relações sociais, envolvendo relações de identidade, dominação, opressão, autonomia etc.), ou a tecnologia da informação (incluindo os impactos de tecnologias emergentes que vão desde Building Information Modeling às "cidades inteligentes", *urban data science*, e, mais recentemente, inteligência artificial).

Lost in translation: um novo desenho urbano

Ainda que a expressão *urban design* seja usualmente traduzida como "desenho urbano", a ideia contida no conceito do *design* se enfraquece significativamente quando tomada pelo termo "desenho" em português, que é comumente entendido numa conotação mais limitada, evocando apenas o ato ou o produto – o desenho em si – e menos os processos ou objetivos que lhe são subjacentes – a intenção, a criação, a transformação.

A incongruência linguística gera bastante dificuldade para uma área do conhecimento que, como o Desenho Urbano, ainda não encontrou exatamente seu lugar no pensamento urbanístico brasileiro. Notamos, na limitada literatura que existe em português, que sequer há consenso sobre qual deveria ser a tradução mais adequada para a expressão *urban design*. Ao citarmos sua inserção em três trabalhos de grande relevância, identificamos que o termo é traduzido por "desenho urbano" em *Morte e vida das grandes cidades*; por "projeto urbano" em *Condição pós-moderna*; e permanece como "*design urbano*" em *A imagem da cidade*.⁵

Defendemos a tradução na maneira como usamos até agora neste artigo: desenho urbano. É evidente que o termo "desenho" perde uma parte da potência em relação ao termo original em inglês, mas por outro lado também entendemos

⁵ Respectivamente, Jacobs (2000 [1961], p. 420), Harvey (1992, p. 91 [1989]) e Lynch (1997 [1960], p. 129).



que a imprecisão pode ser enfrentada através de um esforço de ressignificação do conceito de “desenho”. Para tanto, recorreremos a um texto clássico de Vilanova Artigas (1968, p. 26, grifo nosso), no qual este defende que

[...] o desenho, se de um lado é risco, traçado, mediação para expressão de um plano a realizar, linguagem de uma técnica construtiva, de outro lado é *designio*, intenção, propósito, projeto humano no sentido de proposta do espírito. Um espírito que cria objetos novos e os introduz na vida real.

Em contrapartida, a tradução de *urban design* como “projeto urbano”, na nossa opinião, exprime a ideia de uma práxis orientada à concepção e realização individualizada de projetos “no urbano”, uma ação de escopo limitado e que tem começo, meio e fim. Isso vai na contramão de uma visão mais ampla acerca do Desenho Urbano, entendendo-o não somente como o estudo e a intervenção sobre a forma urbana, mas também, e principalmente, como a investigação sobre um processo socioespacial contínuo: *o processo através do qual a cidade adquire a sua forma ao longo do tempo*, por meio da ação da sociedade através de uma miríade de agentes atuando de forma às vezes organizada, mas em geral dispersa ou difusa e frequentemente conflituosa.

Tal processo é essencialmente conflitivo, mediado, negociado, disputado, contraditório; permeado por muitas concepções, interesses e relações de poder. Raramente há uma correlação direta entre determinadas formas urbanas como se observam na realidade e na existência de algum “projeto” subjacente, salvo exceções muito específicas, como em cidades ou distritos inteiramente planejados/projetados, ou em grandes projetos urbanos conduzidos de maneira altamente centralizada, seja pelo Estado ou pelo capital. Ou seja, a forma urbana, na maioria das vezes, emana do encontro de inúmeros projetos que se somam, se acumulam, se interpõem, se sobrepõem, se substituem; e o fazem de acordo com uma lógica ou dinâmica complexa e difusa que poderíamos entender como “o processo de desenho urbano”. Esse entendimento sustenta-se na definição formulada pelo autor Alexander Cuthbert (2006, p. 1, grifo nosso), à qual subscrevemos:

Desenho urbano é o estudo de como cidades alcançaram sua forma física e os processos que tomam parte para renová-la. Desenho urbano não é meramente a arte de projetar cidades, mas o conhecimento de como as cidades crescem e mudam. *É o estudo de como as civilizações escolhem se representar em forma espacial, e os processos através dos quais surgem formas urbanas específicas.* [...] Assim como toda a ação humana é imbuída de significado, também o são os espaços que habitamos repletos de valores simbólicos, memória coletiva, associação, celebração e conflito. Finalmente, desenho urbano é sobre a transmissão de significados através de formas urbanas específicas.



É importante notar que esta nova definição emergente para o processo de desenho urbano lhe confere um significado mais rico (ou “forte”), e distinto do que poderíamos entender como o processo de “urbanização” (o processo de “tornar urbano”) ou de “produção do espaço urbano” (dinâmica através da qual os espaços, infraestruturas e edifícios, entendidos como “produtos” numa perspectiva alinhada ao materialismo histórico marxista, são produzidos com seus respectivos valores de uso e de troca). Efetivamente, o desenho urbano nesse caso poderia ser entendido como o processo social que “dá forma” à cidade, envolvendo aí toda a sua riqueza de padrões, tecidos, tipos, sentidos, significados, valores, vivências, representações e interpretações que lhe são intrínsecos.

...e no Brasil?

No Brasil, onde o campo disciplinar do Urbanismo atravessou, historicamente, um outro processo de desenvolvimento epistemológico (que, além de não acomodar separação entre planejamento e desenho urbanos, também sempre manteve unidas a figura do arquiteto e do urbanista num único profissional), as teorias da Morfologia Urbana e do Desenho Urbano tiveram uma ressonância relativamente limitada. Na década de 1980, houve um certo esforço no ambiente acadêmico brasileiro para a disseminação do Desenho Urbano através da realização de três edições do Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil (Sedur), sediadas na Universidade de Brasília e organizadas por pesquisadores dessa instituição, respectivamente em 1984, 1986 e 1988. Muitos dos estudiosos envolvidos haviam travado contato com as teorias do Desenho Urbano em cursos de pós-graduação no exterior, principalmente nos Estados Unidos (Del Rio, 1990).

Desde então, o referencial teórico voltado aos estudos da forma urbana certamente tem ocupado seu espaço em meio a teses e dissertações, e sido discutido nos grupos de pesquisa dispersos pelo País, mas ainda assim com um alcance relativamente limitado em fóruns mais amplos de estudos urbanos. Exceções dignas de nota foram a realização, no Brasil, de duas edições do International Seminar on Urban Form (ISUF), em 2007 e em 2024; respectivamente, em Ouro Preto, sob a organização da professora Staël de Alvarenga Costa da UFMG, e em São Paulo, organizado pelos professores Heraldo Ferreira Borges e Denise Antonucci da Universidade Presbiteriana Mackenzie; além dos encontros da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, que já chegaram à sua 14^a edição e ocorrem em anos alternados no Brasil e em Portugal.

Possivelmente podemos identificar, em caráter especulativo, alguns motivos para a baixa penetração do Desenho Urbano na raiz epistêmica do Urbanismo brasileiro. O primeiro advém da sobrevida prolongada da prática do planejamento urbano modernista/funcionalista no Brasil, materializada no projeto icônico de Brasília e perpetuada nos planos autoritários do desenvolvimentismo da ditadura militar até a década de 1980. O segundo é a relação muito mais próxima do urbanismo brasileiro com a matriz do planejamento urbano francês do que com a matriz



anglo-saxônica que gestou a disciplina do Desenho Urbano – nosso planejamento urbano contemporâneo ainda guarda uma estreita relação com os mecanismos de ordenação territorial desenvolvidos pelo estado de bem-estar social francês durante os “30 anos gloriosos”, que serviram de inspiração para os principais instrumentos urbanísticos consolidados no nosso Estatuto da Cidade, tais como os Planos Diretores, a Outorga Onerosa, as ZEIs e as Operações Urbanas (Ferreira, 2022).

Mais relevantemente, durante as últimas três décadas, formulou-se na academia brasileira um *pensamento urbano crítico* bastante robusto, com raízes marxistas e lefebvrianas, resistente à pressão exercida por parte de projetos e modelos hegemônicos do capitalismo central e à expansão do neoliberalismo. Essa corrente, atenta às pautas nacionais, ao direito à cidade, à justiça social, à busca pela reforma urbana – enfim, às duras realidades que marcam as periferias das metrópoles brasileiras e sua população subjugada e excluída –, desenvolveu importantes contribuições para o entendimento da formação da realidade urbana brasileira, assim como para pautar visões de futuro e projetos de transformação.⁶ Ermínia Maricato (2000, p. 169, grifo nosso), em um de seus textos mais conhecidos, pontua alguns elementos dessa agenda:

A construção da nova matriz urbanística passa pela eliminação da distância entre planejamento urbano e gestão. Passa ainda por uma nova abordagem holística, que não esgota o espaço dos planos locais ou das decisões participativas descentralizadas. Mas, talvez mais importante do que tudo, ela não pode ignorar a *necessidade de desconstrução das representações dominantes sobre a cidade e nem a necessidade de uma nova simbologia engajada a uma práxis democrática*.

Teriam a Morfologia Urbana e o Desenho Urbano algo a contribuir para a construção dessa nova matriz urbanística, de abordagem holística? Uma das marcas que pode ser reconhecida no trabalho de boa parte dos autores fundamentais dessa corrente crítica é a convicção de que a construção de interpretações próprias sobre a realidade urbana brasileira passa necessariamente pela rejeição de modelos importados acriticamente, especialmente num contexto marcado pela atuação incisiva de *think tanks* alinhados a órgãos internacionais compromissados com um paradigma específico de desenvolvimento (Banco Mundial, BID, FMI etc.) que reverberam pensamentos e abordagens hegemônicas, repletas de manuais de “boas práticas” e soluções pré-empacotadas e prontas para o consumo.

Disso decorre, naturalmente, uma certa dificuldade para conciliar a essa corrente de pensamento crítico nacional o instrumental teórico da Morfologia Urbana ou do Desenho Urbano, dada sua associação recorrente à práxis do planejamento

⁶ O espaço deste artigo é exíguo demais para comentarmos os diversos e importantes autores desta vertente no Brasil, o que inevitavelmente incorreria em imperdoáveis omissões. Para não deixar de listar alguns dos principais autores do pensamento urbano crítico brasileiro, sem qualquer ordem: Milton Santos, Flávio Villaça, Ana Fani Alessandri Carlos, Csaba Deák, Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Marcelo Lopes de Souza, João Sette Whitaker Ferreira.



urbano nos países do capitalismo central. De fato, nas raras vezes em que identificamos alguma consideração na literatura crítica nacional acerca da prática do Desenho Urbano, comumente é sob perspectiva negativa, como verificamos nesta ponderação de Otília Arantes (2001, p. 122):

[...] tenho minhas dúvidas quanto às chances de o desenho urbano se converter num instrumento eficiente de desenvolvimento da vida na cidade. A própria expressão ‘desenho urbano’ (em lugar de planejamento), pelo que encerra de restrição, parece anunciar este estreitamento das possibilidades de mudança real, que no plano ideológico, [...], reflete a espécie de renúncia a que obrigou o débâcle irreversível do Movimento Moderno. Encolhimento que não se deve apenas à interferência direta dos interesses em jogo, dos verdadeiros agentes urbanos ou promotores do espaço público: governos – no mais das vezes preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária – ou os especuladores imobiliários de sempre (proprietários, construtoras etc.).

Perguntamo-nos, portanto: Qual o lugar da Morfologia e do Desenho Urbanos no contexto do Urbanismo crítico brasileiro? Qualquer esforço de aproximação dessas disciplinas ao pensamento crítico nacional esbarra rapidamente no fato de que a epistemologia da Morfologia Urbana e, em maior medida, do Desenho Urbano sustenta-se significativamente sobre uma base teórica quase toda “importada” dos países do capitalismo central. A defesa de uma maior abertura para esse referencial teórico estrangeiro, tal qual pretendemos articular neste artigo, pode inclusive parecer relativamente contraditória num contexto atual de fortalecimento da crítica à colonialidade do saber (Lander, 2005), especialmente num momento em que

[...] vários estudiosos do planejamento defendem uma teoria da (des)colonização do planejamento por meio da “descolonização da mente” e ilustram uma prática de planejamento insurgente que visa superar a mentalidade de “inferioridade do colonizado e superioridade do colonizador (Ortiz, 2023, p. 184).

Sem pretendermos desenvolver, no exíguo espaço deste artigo, um exame dos estudos que problematizam o eurocentrismo ou a colonialidade e imperialidade das relações de poder na “modernidade” ou no “sistema-mundo” atual, cabe comentar que, a nosso ver, o seu enfrentamento pode e deve fazer uso do instrumental que se encontra à nossa disposição, de onde quer que ele venha – especialmente quando percebemos que determinados saberes oriundos dos países do capitalismo central se encontram, eles mesmos, em um momento



de reformulação crítica, como podemos identificar nas contribuições de alguns autores estrangeiros da área do desenho urbano. Assim sendo, defendemos que

[...] a resistência à imperialidade depende de um imaginário decolonial capaz de processar a modernidade a partir de suas ferramentas disponíveis. Não enxergar na modernidade possibilidades de rupturas, resistências, alternativas e contra-hegemonias significa recusar as próprias transformações decoloniais que existem dentro da modernidade [...]" (Ballestrin, 2017, p. 533).

Dado que, no Brasil, teorias próprias sobre o estudo da forma urbana são ainda um campo em construção, defendemos que é quase impossível, ou muito improutivo, desenvolvê-las sem fazer amplo recurso à literatura estrangeira disponível. Ou seja, sem aceitarmos que esse esforço inevitavelmente envolve importar e traduzir, mas também interpretar e criticar, os pensamentos e conceitos fundamentais dessa área que foram e continuam sendo desenvolvidos lá fora "no centro".

Apenas para citar alguns exemplos de produções recentes com maior projeção, debruçadas especificamente sobre a cidade de São Paulo, podemos destacar o trabalho desenvolvido por Noto (2017), que discute a possibilidade de adoção do quarteirão como uma unidade reguladora da transformação da forma urbana, e que recebeu o Prêmio Capes de Teses em 2018; a pesquisa desenvolvida por Tessari (2024), que emprega os métodos da Morfologia Urbana para analisar criticamente as formas urbanas que caracterizam a favela de Paraisópolis; e o livro de Nigrielo (2024), que apresenta a evolução da metrópole através do desenho de seus caminhos, entendidos como intenções subjacentes à formação de seu espaço, e que este ano recebeu o Prêmio Jabuti Acadêmico 2025 na categoria Arquitetura, Urbanismo, Design e Planejamento Urbano e Regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NECESSÁRIA RECONCILIAÇÃO

Retomando as ideias defendidas por Cuthbert de que o desenho urbano é também uma prática social que ocorre independentemente de que se escreva ou teorize sobre ela, de modo que o ato de *construir na cidade* (a produção do espaço urbano, seja esta empreendida pelo Estado, pelo capital ou pelo trabalho) é também, concomitantemente e invariavelmente, um ato de *dar forma à cidade* e, assim sendo, um ato de desenho urbano. O espaço urbano não pode ser simplesmente fabricado tal qual uma mercadoria numa linha de montagem; sua produção sempre resulta em um desenho, intencional ou não intencional, que carrega em si significados que ultrapassam a esfera da dicotomia produção-consumo.

Isso quer dizer que o desenho urbano precisa ser entendido primeiramente como um processo que permeia a dialética existente entre a sociedade e o espaço, uma



vez que, como defendemos, é através do processo de desenho urbano que a sociedade dá forma ao espaço urbano. Dessa maneira, é também através do processo de desenho urbano que este mesmo “urbano” incorpora significados, transmite mensagens, e efetivamente incorpora representações e valores que podem ser interpretados pela sociedade, o que o coloca, portanto, claramente no campo do simbólico e, enfim, da ideologia, entendida aqui no seu sentido “forte” – não como um “conjunto de ideias”, mas sim como um “sistema de representações” que nos ensina a pensar e a agir.⁷ Sobre essa questão, Cuthbert (2006, p. 80) defende que

[...] o desenho urbano é um instrumento de políticas de classe tanto quanto um importante método de controle ou de libertação social. Ele constitui o espaço onde ideologias políticas se manifestam em forma concreta. Se por um lado o papel dos sistemas econômicos em criar estruturas espaciais é bem compreendido, por outro lado como os sistemas ideológicos fazem o mesmo permanece um campo relativamente inexplorado. Não apenas o espaço urbano fornece um palco para a luta social, como muitos espaços urbanos notáveis podem atestar; ele é também a representação simbólica definitiva dos conflitos, aspirações e valores das gerações passadas. A complexa matriz de edifícios e espaços em todas as grandes cidades envolve-nos com as histórias, filosofias, consciências, religiões, guerras, heróis e heroínas, as falhas, vitórias e sonhos de nossos ancestrais, todos imortalizados no domínio público.

Ora, se aceitarmos a ideia de que o desenho urbano é o processo pelo qual a cidade adquire a sua forma; e de que é também uma ciência e uma técnica que permite ao urbanista compreender e orientar esse processo (subsidiado ainda pela morfologia urbana e outras disciplinas), então é necessário reconhecermos que esse campo disciplinar certamente também tem algo importante a contribuir. Mais ainda, se reconhecermos que a forma urbana e seu complexo sistema de signos e representações é praticamente “ideologia em estado sólido” – uma vez que ela delimita de modo contundente a realidade de nossas vidas urbanas –, então, torna-se impossível não reconhecermos o potencial transformador do Desenho Urbano enquanto estudo e enquanto prática.

Assim, defendemos que o Desenho Urbano e a Morfologia Urbana não são intrinsecamente tecnocráticos, alienados ou colonizadores simplesmente porque foram formulados, majoritariamente, nos países do capitalismo central. Como em qualquer área do saber, neles encontramos autores das mais diversas orientações, muitos dos quais comprometidos com uma postura crítica e engajados na transformação da sociedade e do espaço urbano rumo a cidades mais justas, democráticas e sustentáveis. Ambos incluem saberes e métodos

⁷ Marilena Chauí explica que “A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmo o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir” (2007, p. 15, grifo nosso).



úteis e necessários para qualificar a transformação das cidades brasileiras, principalmente para desmanchar a principal representação dominante sobre a cidade: a própria forma urbana. Sua reconciliação com o pensamento urbano crítico é tão urgente quanto necessária.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, C. et al. *A Pattern Language*. New York: Oxford University Press, 1977.

APPLEYARD, D., LYNCH, K. and MYER, J. *The view from the road*. Cambridge: MIT Press, 1964.

ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 2001.

ARTIGAS, J. V. O desenho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 3, p. 23-32, 1968.

ASHIHARA, Y. *The aesthetic townscape*. Cambridge: MIT Press, 1983.

AYMONINO, C. *O significado das cidades*. Lisboa: Editorial Presença, 1984 [1975].

BALLESTRIN, L. M. de A. Modernidade/colonialidade sem "imperialidade"? O elo perdido do giro decolonial. *Revista Dados*, v. 60, n. 2, 2017.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 12. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2007. p. 15-25.

COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983 [1961].

CUTHBERT, A. *The form of cities: political economy and urban design*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DEL RIO, V. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

FERREIRA, J. S. W. A Forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, 2022.

GEHL, J. *Life Between Buildings: Using Public Space*. New York, 1987.

HALPRIN, L. *Cities*. New York: Reinhold Publishing Corp, 1966.



HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEPNER, A. *Desenho urbano, capital e ideologia em São Paulo: centralidade e forma urbana na marginal do Rio Pinheiros*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HILLIER, B., HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HOUGH, M. *City Form and Natural Process: Towards a New Urban Vernacular*. Beckenham: Croom Helm, 1984.

JACKSON, J. B. *The Necessity for Ruins and Other Topics*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1980.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOSTOF, S. *The city shaped: Urban patterns and meanings through history*. Boston: Bullfinch Press / little Brown, 1991.

KRIER, R. *Urban Space*. New York: Rizzoli International Publications, 1979.

LANDER, E. (org). *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANG, J. *Creating architectural theory: The role of the behavioral sciences in environmental design*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1960].

LYNCH, K. *A theory of good city form*. Cambridge, Mass., London: The MIT Press, 1981.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MCHARG, I. L. *Design with nature*. Philadelphia: Falcon Press, 1971

MORRIS, A. E. J. *History of Urban Form: Prehistory to Renaissance*. New York: Wiley, 1972.

MOUDON, A. V. A catholic approach to organizing what urban designers should know. *Journal of Planning Literature*, Columbus, v. 6, n. 4, p. 331-349, 1992.



MUMFORD, L. *The city in history*. New York: Harcourt books, 1961.

NIGRIELO, A. *O desenho de São Paulo por seus caminhos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli International Publications, 1980.

NOTO, F. S. *O quarteirão como suporte da transformação urbana de São Paulo*. 2017. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

ORTIZ, C. Storytelling otherwise: decolonising storytelling in planning. *Planning Theory*, Sage Journals, v. 22, n. 2, p. 177-200, 2023.

RAPOPORT, A. *Human Aspects of Urban Form: Towards a Man-Environment Approach to Urban Form and Design*. Oxford: Pergamon Press, 1977.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1966].

SERT, J. L. Extract from the first Urban Design Conference. In: KRIEGER, A.; SAUNDERS, W. S. (ed.) *Urban design*. Minneapolis: University of Minesota Press, 2009.

SITTE, C. *City Planning according to Artistic Principles*, 1889.

SPIRN, A. W. *O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995 [1984].

TESSARI, A. *Paraisópolis: um atlas morfológico*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2024.

VENTURI, R., SCOTT BROWN, D., IZENOUR, S. *Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1977].

WHYTE, W. H. *The Social Life of Small Urban Spaces*. New York: Project for Public Spaces, 1988.

